

1967: A MULHER BRASILEIRA EM FOCO REVISTA REALIDADE¹

Talita Franco de GODOY²

RESUMO

Algo inédito aconteceu na imprensa brasileira em janeiro de 67 quando a revista Realidade dedicou uma edição especialmente à mulher. Alvo de assuntos polêmicos, preconceitos e tabus, ela foi ouvida, revelou seus desejos e verdades, teve seu perfil traçado em mais de 140 páginas. A edição foi cassada pela censura militar, por meio do juizado de menores de São Paulo. O presente artigo relata estes e outros fatos marcantes em torno da edição 10 e trata da imprensa feminina no Brasil com citações de Heilborn, Mira e Lipovetsky.

Palavras-chave: censura; imprensa feminina; mulher; revista Realidade; tabus.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata especificamente da edição N° 10 da revista Realidade, editada em Janeiro de 1967, pela Editora Abril, em território nacional.

A edição inédita trazia ao público o resultado de uma pesquisa que tabulou mais de cem mil respostas dadas por 1200 mulheres entrevistadas com a finalidade de retratarem o perfil da mulher brasileira do final dos anos 60. Os assuntos abordados eram variados, indo desde religião e política até mercado de trabalho, passando pelo corpo feminino, a maternidade, o parto em si e questões como o que ela pensa e como age frente às decorrentes mudanças do seu tempo.

¹ Texto original, como recebido pela coordenação do Interprogramas.

² Aluna do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP. E-mail: talitafgodoy@gmail.com

7º Interprogramas de Mestrado

Apesar de ter conseguido um feito inédito no Brasil ao traçar o mapa da situação feminina da época, não agradou a todos. Entre críticas e opiniões contrárias, a Edição foi acusada pelo moralismo e conservadorismo da sociedade, que rejeitou a revista por publicar - segundo o seu julgamento - conteúdo considerado abusivo. Contudo, os leitores fiéis, interessados no posicionamento da revista, manifestaram seu apoio, como visto adiante.

Este estudo partiu do exemplar Nº 10, seguido da edição Nº 11 que apresentou os fatos da apreensão, da defesa da Editora Abril e dos comentários diversos dos leitores. Além da fonte primária, foram consultados autores como Faro e Maia; na segunda parte deste artigo, utilizou-se como fonte secundária autores que tratam da representação da mulher na mídia em geral, ressaltando a contribuição da revista Realidade para um jornalismo com função social.

EDIÇÃO Nº 10

A capa foi estrategicamente elaborada com a imagem de uma mulher jovem, de traços leves, numa foto em que ela é vista, ou evidenciada, por uma lente de aumento, dando a ideia de ampliação, ou seja, em foco representando a mulher em destaque. Abaixo da foto, em letras de cor em realce, vem o tema da edição especial: “A mulher brasileira, hoje”. E do lado esquerdo, os destaques daquela edição, na seguinte ordem:

- Pesquisa – o que elas pensam e querem
- Confissões de uma moça livre
- Ciência: o corpo feminino
- Eu me orgulho de ser mãe solteira
- Por que a mulher é superior
- Assista a um parto até o fim

Além de dedicar uma edição inteira a um tema específico, a revista Realidade inovou na editoração, pois em revistas de assuntos gerais não era comum a divulgação dos resultados de pesquisas, nem imagens como cenas de um parto, por exemplo, embora não fossem indiscretas, poderiam ser consideradas fortes por serem reais.

7º Interprogramas de Mestrado

No índice da edição Nº 10 (página 05 da revista) estão as seguintes seções, com seu tema resumido aqui:

- CAPA: síntese da edição 10 retratando a mulher brasileira em foco
- PESQUISA: 1200 mulheres respondem mais de 100 mil perguntas – pág. 20
- POLÊMICA: a superioridade natural da mulher – pág. 30
- CIÊNCIA: anatomia do corpo feminino – pág. 36
- ENSAIO: o amor materno – pág. 46
- RELIGIÃO: freiras que atuam para a salvação de todos – pág. 52
- GENTE: parteira mostra na prática detalhes sobre o seu ofício – pág. 68
- DOCUMENTO: jovem atriz fala tudo o que pensa sobre sexo – pág. 76
- PSICOLOGIA: o desengano dos consultórios sentimentais – pág. 82
- PERFIL: dona Olga, mãe-de-santo e seus 66 filhos – pág. 88
- PROBLEMA: o desfecho de três histórias sobre mulheres desquitadas – pág. 100
- ECONOMIA: Ela é o diretor da indústria moderna – pág. 110
- DEPOIMENTO: carioca confessa ser mãe solteira, com muito orgulho – pág.116

A escolha dos assuntos também pode ser considerada uma provocação para os conceitos da época. Maia (1986) analisa a dificuldade deste pioneirismo em ser a primeira revista no país a tratar assuntos tabus: “logo na décima edição ficou claro que fazer jornalismo abordando temas de comportamento em 1967 era mais que um desafio, era um confronto com o conservadorismo da sociedade brasileira”.

E não agradou a todos, embora a revista tenha mudado a cara do Brasil, na opinião de Maia (1986), estabelecendo a “*geração Realidade*”, como conhecida nos anos 70. A autora avalia seus efeitos da seguinte forma: “O Brasil de 60 é irreconhecível hoje (*anos 80*), deu um salto em abertura intelectual, em abertura de informações” (MAIA, 1986).

CENSURA: ACUSAÇÃO E DEFESA

Desde o golpe militar, que impôs o militarismo no poder em 1964, houve no Brasil certa interferência em todos os setores. A censura propriamente dita foi instaurada no Brasil numa sexta-feira 13 de dezembro de 1968, com o decreto do Ato Institucional número 5 – o AI5³. A partir daí todos os veículos de comunicação passavam a ter seu trabalho constantemente vigiado. Mesmo antes do AI5, o que se via eram perseguições cada vez mais intensas contra políticos, estudantes, artistas, jornalistas e veículos de comunicação. Algumas atitudes se deram de forma repentina, sem chance de defesa dos acusados, como o que aconteceu na edição especial da revista Realidade.

Somente na edição seguinte, Nº 11, o leitor compreendeu o que havia acontecido com a edição Nº 10, ou seja, que por meio uma denúncia, de autoria desconhecida, a revista Realidade foi apreendida em São Paulo - por determinação do Juizado de Menores, na alegação de que nela havia conteúdo considerado “abusivo”, “obsceno”, e em alguns casos “ofensivo à dignidade e à honra da mulher” (Realidade, Editorial, 1967: 06).

Contudo, não foi apresentada pela acusação em São Paulo qual exatamente seria a reportagem ofensiva, ou imagem que tivesse causado tanto constrangimento ao público. Isso foi usado como argumento na defesa que detalhou passo a passo cada uma das seções e seu real conteúdo, revelando que as intenções se davam em torno da informação, do construtivo, da educação. No texto oficial de defesa que a própria revista publicou na edição Nº 11, página 06, consta a definição por dicionário das palavras citadas pela acusação, como obsceno e seus sinônimos: “sensual, torpe, impudico; e comparando a sinonímia entre desonesto e obsceno, declara que este vocábulo é muito mais forte do que o primeiro, porque a sua particular energia é significar o que é sujo, imundo, sórdido, torpe, etc” (Realidade, Editorial, 1967: 06). Isso tudo para comparar os termos: “obsceno” com “ofensivo à dignidade da mulher” como sendo questão de conceito e não de fato.

³ AI-5: entre outras regras divulgadas em documentos oficiais, determina: “censura prévia aos veículos de comunicação que não se alinhasssem à ordem social preconizada pelo regime militar”.

7º Interprogramas de Mestrado

Já na acusação do Juizado de Menores do Estado do Rio de Janeiro, que ocorreu 24 horas após a determinação em São Paulo, o texto do despacho afirma que a revista vinha “fugindo aos propósitos comuns de periodismo no Brasil – informar corretamente, divulgar as coisas e ideias dentro do panorama dos nossos costumes, aceitando ou combatendo moderadamente os nossos hábitos e as nossas tradições – resolveu bem ao contrário encetar uma campanha e realizar uma verdadeira revolução radical no terreno da moral familiar” (Realidade, Editorial, 1967: 07).

E mais uma vez a acusação assume o valor da revista Realidade como mídia formadora de opinião, citando-a como “moderna, tecnicamente bem feita, procura apoiar suas reportagens em pesquisas e levantamentos” (Realidade, Editorial, 1967: 07). Porém, logo em seguida afirma que Realidade não apenas apresenta os dados, mas “defende teses, promove campanha aberta e dissimulada” (Realidade, Editorial, 1967: 07) e prossegue enumerando as seções atribuindo a elas as mesmas acusações já citadas. Na defesa, o argumento principal é um exame das seções, e novamente o jogo de palavras que procura esclarecer o real sentido de obsceno, moral e subjetividade. O posicionamento da revista Realidade sempre foi o de tocar nestes pontos a fim de trazer uma visão realista, como definem seus editores:

Desde nosso primeiro número, em abril de 1966, manifestamos a opinião de que a única maneira de resolver problemas é enfrentá-los. E nos meses que se seguiram, a jovem equipe que faz esta revista procurou não perder de vista as dúvidas e problemas que são continuamente levantados, ponderados e debatidos no Brasil inteiro. A recepção foi entusiástica: em apenas seis meses, REALIDADE alcançou a maior tiragem do país, com 475.000 exemplares e mais de um milhão e meio de leitores por edição. (...) Assim, embora pretendamos continuar debatendo os grandes problemas nacionais, devemos supor que – de repente – não mais vão aparecer moças menores e grávidas diante dos juízes de Menores. Que a esmagadora maioria das jovens chega virgem ao casamento. Que mulheres casadas jamais apelam para a interrupção intencional da gravidez. Que há unanimidade da opinião pública a favor do desquite como melhor solução para um casal que vive sem amor. E que – enfim – todos estes problemas só voltariam a existir se e quando fossem novamente levantados por REALIDADE (Edição n. 11, 1967).

Conforme relata Faro (1999), apenas algumas edições depois, Realidade retomaria ao tema, porém desta vez de forma menos explícita: “Realidade voltaria indiretamente à

temática dos novos valores femininos nem bem havia assentado a poeira levantada com a apreensão do número de janeiro de 1967” (FARO, 1999:134). Desta vez, em junho de 1967, foi publicada uma reportagem de cunho científico sobre o parto. De forma indireta, citou valores educacionais relacionados à educação sexual feminina.

PRECONCEITOS E INTERESSES

Não se sabe ao certo se a censura teve cunho moralista ou político, não se afirma exatamente quem sairia ganhando com a cassação da Realidade. Fato é que demonstrar sua indignação nas edições seguintes foi uma tarefa necessária, que contou com a inteligência e sutileza de seus repórteres além dos convidados especiais que souberam aproveitar o ensejo para replicar o posicionamento da revista.

Na edição número 11 a jornalista e psicóloga Carmem da Silva⁴ escreve para a seção “Problema”, abordando a razão dos preconceitos. De forma sutil e inteligente, ela começa falando de filosofia, mostra os preconceitos violentos sofridos por Sócrates, Galileu, e os preconceitos fanatizados de Hitler e Goebbels. Sobre a maioria, o preconceito e o interesse de alguns. Segundo Carmem da Silva: “para afirmar um preconceito é preciso cercá-lo de um ar sagrado, que torne sacrílegas a análise e a discussão em termos racionais” (edição 11, 1967:27). Silva explica aos leitores da revista Realidade que há por trás de todo preconceito interesses em se deixar determinada situação como ela é, isso por que estas pessoas são favorecidas pelo sistema vigente nas atuais condições:

Talvez tivessem uma ou outra restrição miúda a fazer, mas preferem não modificar nada porque uma mudança traz outra, a evolução age em cadeia e ao alterar esta ou aquela faceta adversa, correriam o risco de vir a perder tudo o que lhes é propício. O imobilismo fica sendo, assim, a posição mais segura: a ela se apegam com unhas e dentes, a ela tratam de atrair o maior número possível de adeptos. O resultado é a recusa sistemática em examinar os dados objetivos da realidade: querendo-a estratificada, coagulada, pétrea, negam seu caráter essencialmente fluído e opõem-se a qualquer tentativa de dinamizar e aperfeiçoar as instituições existentes (edição 11, 1967:29).

⁴ Jornalista e psicóloga, em 1967 escrevia para a revista Claudia, da Editora Abril, na seção “Consultório Sentimental”.

Silva (1967) cita em seu texto “Preconceito: o bicho-papão” o aborto, as inscrições de prostitutas na polícia, as doenças venéreas que aumentam nos homens, desquites, homossexualidade. Assuntos polêmicos, que desta vez não foram censurados. Talvez porque ela elucida estas questões como sendo necessárias: porém sem “tornar válido o erro, nem codificar o mal, mas sim equacionar os problemas com realismo, sem perder a perspectiva do bem estar coletivo e da virtude socrática, associada à verdade e ao conhecimento” (Edição 11, 1967:29).

Na parte final do seu texto, Silva (1967) comenta sobre a família, suas origens e conclui citando em tom irônico o sexo como sendo assunto – na opinião de uns e outros – indevido às crianças, pois elas ainda não têm maturidade para compreender estes fatos; como se outros assuntos, como política ou o noticiário bélico fossem temas dirigidos a elas, ou seja, nada na revista Realidade era escrito propriamente aos menores, embora haja relatos de pais que liam junto com seus filhos no intuito de compartilhar educação sexual. Nas entrelinhas, um convite a refletir sobre atos preconceituosos e hipocrisias. Para Silva (1967), os responsáveis devem manter o controle sobre tudo ao que as crianças têm acesso:

Cabe aos pais não deixar ao alcance dos filhos o que possa impressioná-los desfavoravelmente ou lhes ferir a inocência. Sem dúvida a sociedade deve substituir os pais junto aos órfãos e desamparados. De qualquer forma, se proibirmos aos adultos, tudo o que for impróprio para crianças, acabará não havendo mais crianças – o que é uma pena (edição 11,1967:29).

Na edição seguinte àquela apreendida, onde o foco era a mulher, pouco se tratou de assuntos polêmicos. Os demais foram neutros, como: futebol, astronautas, músicas do carnaval, igreja católica na Holanda, e outros que não davam margem a tantas críticas. As edições seguintes continuaram com a mesma tiragem, superando cada vez mais o número de exemplares vendidos tendo em apenas 06 meses atingido a maior marca de vendas e praticamente dobrando seus números nos próximos 06 meses. Mas e quanto à opinião do leitor?

CARTAS DO LEITOR

Como resposta ao ato de censura que apreendeu a edição 10, alguns leitores enviaram à Redação cartas com palavras diversificadas, tanto de apoio como contrárias. Seguem resumidamente os relatos encontrados na edição 11 entre as páginas 10 e 14:

- A revista Realidade está semeando a prostituição; o povo saberá separar o joio do trigo.
- Estão vendendo pornografia.
- O “meio conhecimento” em educação sexual é o perigo. Leio a revista Realidade com os meus filhos.
- Incentivo para que a revista Realidade continue abordando qualquer assunto.
- Estabelecer o diálogo é importantíssimo na educação sexual da juventude.
- A revista Realidade vem despertar o pensamento dos brasileiros, avanço considerável dentro da estrutura arcaica em que vivemos.
- Homens que consideram a maneira como vieram ao mundo coisa obscena, não devem sentir respeito por nenhuma mulher.
- A campanha que ora se faz contra essa revista não tem sentido, o que ela nos conta é apenas a realidade.
- Pessoas ignorantes e preguiçosas são as que criticam a revista Realidade, pois se quer a leem ou não a entendem.
- Antes o Juizado de Menores tentasse recolher os “livrinhos obscenos” que circulam por aí
- Será que a verdade ofendeu aos falsos moralistas?
- Quem é mais digna: a mulher que faz de tudo para criar seu filho ou a que o abandona para manter as aparências?
- Onde está o raciocínio equilibrado ?
- A mãe solteira e a atriz agiram como sentiam que deviam agir. Nem por isso vou fazer a mesma coisa. Precisamos de indulgência para progredir.
- Renovamos nosso protesto diante de atitude tão falsa e hipócrita das autoridades que presidiram tal ato.
- Lamentamos as arbitrariedades que vem se realizando quase sem chances de reação.
- Se existem pessoas de mentalidade tão atrasada, elas em absoluto não representam a maioria.

7º Interprogramas de Mestrado

- Voto de solidariedade da Associação Brasileira de Agências de Propaganda de São Paulo.
- Tudo o que é realidade deve ser exposto e discutido.
- A foto tirada pela primeira vez carregando os eu filhinho é de uma força de expressão formidável.

O GÊNERO FEMININO

Uma hipótese para o fato da edição 10 ter sido cassada é o fato de ter a mulher brasileira em foco. O final da década de 1960 era uma época de mudanças de padrões de comportamentos e em sua maioria afetava ou dizia respeito à mulher como a liberação sexual que se deu após o surgimento da pílula anticoncepcional, o aborto, a entrada no mercado de trabalho, a situação da mulher após o divórcio ou a virgindade antes do casamento. Assuntos polêmicos onde ela era o alvo das atenções. Por este torna interessante uma pausa para se rever brevemente algo sobre o gênero feminino na sociedade e na mídia.

Pode-se considerar que, tanto na sociedade como na literatura, em diferentes culturas a mulher é representada em segundo plano, sempre associada ao cuidado com a casa e com os filhos, atuante apenas em esfera doméstica, privada. Com o passar do tempo surgiu uma distinção do termo “gênero feminino” que antes se referia apenas como sexo feminino, porém agora se vê como categoria relacional, no sentido social do termo.

Heilborn (1990) analisa a questão do gênero feminino como categoria sociológica e ressalta a importância da reflexão sobre a mulher e sua condição assistida pela sociedade burguesa num sistema ideológico. “A matriz simbólica que faz emergir o questionamento de papéis de gênero enraíza-se no que se convencionou chamar dentro da teoria antropológica de individualismo” (HEILBORN, 1990:02). Individualismo, como ideologia, é considerado como a base da construção do social, assim como o seu eixo, portanto, na modernidade o indivíduo é tomado por valor mestre da organização social.

7º Interprogramas de Mestrado

Ainda segundo Helborn (1990), a condição feminina é tratada como assimetria sexual, fenômeno característico da sociedade burguesa, bem demonstrado no capitalismo, em que no mercado de trabalho – ou esfera pública - a mulher é força produtiva individual, um indivíduo que vende sua força de trabalho, mas na esfera privada ela ainda é vinculada aos deveres domésticos e de procriação. Nessa jornada, e com todos os retratos feitos a partir da imagem da mulher, em seus estudos Heilborn (1990) propõe o “gênero” como “distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos” (HEILBORN, 1990:03), referência comum na antropologia, o que não se deve confundir com apenas “sexos diferentes” ou ainda “coisas assexuadas”, como definido em dicionários.

Numa análise - ainda que breve - nas diferentes culturas encontra-se variadas formas de se considerar o gênero masculino e feminino. Heilborn (1990) aponta como exemplos as tribos indígenas americanas que usam como símbolo o arco e o cesto. Se o homem não caça, ele perde o direito ao arco tendo que assumir o cesto, mesmo sendo de pouca ou nenhuma identificação com o feminino. Outro exemplo é a tribo de pastores do Sudão, em que a mulher estéril passa a se portar como homem, casando-se com outra mulher que terá filhos com um homem não participante da relação, e assim as duas mulheres formam um casal, e partir daí tornam-se uma família. A fecundidade define o papel do masculino e feminino naquela cultura especificamente. Como se vê, moral, costumes, hábitos e honra, entre outros aspectos, se diferenciam em cada região, de cultura para cultura, em traços valorativos organizadores de cada sociedade.

MULHER LEITORA

Mira (2003) relembra o gênero narrativo das primeiras publicações que agradaram ao público feminino: os folhetins, no século XIX, ou mesmo antes, quando no final do século XVIII as mulheres começavam a ler, na Europa, e se identificaram com o realismo das narrativas, nos romances. Amor, romance, casamento, surgem como enredo das histórias com final quase sempre eternamente feliz. A autora cita que o romance agradou e agrada as

mulheres até a atualidade por existir algo além da alienação que as faz se identificarem por questão cultural: “a expectativa da felicidade amorosa romântica torna-se parte da construção da identidade feminina” (MIRA, 2003:27).

Desta forma a mídia se aproxima da vida cotidiana das pessoas, tornando essa identificação uma característica dos gêneros, tendo o romance acentuado para o gênero feminino, assim como o pornô para o gênero masculino, por exemplo. Mira (2003) ressalta outro exemplo de questão cultural voltada aos sentidos: “assim como aos homens não são permitidas às lágrimas, às mulheres não foi ensinado o olhar erótico ou pornográfico” (MIRA, 2003:30).

Buitoni (1990) faz um trabalho de recapitulação da imprensa com uma análise das publicações dirigidas em específico à mulher. Já no início do século XX encontram-se os primeiros jornais, como o Voz Feminina, lançado em 1900, com alguma manifestação feminista, como por exemplo, direito ao voto da mulher, em campanha de 1901 e O Beijo, em 1908, criado em Araras, no interior de São Paulo, entre tantos outros - sempre com algum ar de feminismo, mas sobressaindo assuntos como beleza, comportamento feminino doméstico, educação dos filhos e assim por diante. Ela relata uma a uma, até aos dias atuais, e quase sempre o que se vê, é o retrato da mulher em segundo plano na sociedade ocidental. Com o passar do tempo, surge uma mudança na imprensa, mais precisamente na publicidade que encontra na mulher uma consumidora pronta a qualquer sacrifício para se parecer com as artistas e modelos expostas na imprensa. Ela não percebe o quanto está sendo severamente conduzida, no que Buitoni define: “A mulher, então, não pode ser bela, sensível, alegre, por si só. Ela conseguirá essas qualidades se tiver determinados objetos. Para ser ela precisa ter” (BUITONI, 1990:196).

A autora aponta que, numa artimanha mercadológica, a mídia acabava por interferir no crescimento pessoal, enfatizando, ainda que de forma sutil, o materialismo, o capitalismo, o ter em lugar de ser, associando o ser ao ter. Isso acontece cada vez mais com

7º Interprogramas de Mestrado

o passar do tempo, enquanto sua representação como indivíduo na sociedade nada acrescenta de especial ou concreto:

A mudança que a mulher apresenta concretamente no contexto social é mínima, mesmo a mais exposta aos conceitos vinculados pelos meios de comunicação. E mesmo a imagem apresentada pela imprensa feminina inclui poucos elementos de inovação. Como dissemos, é uma tradição camuflada de nova (BUITONI, 1990:198).

Já autores como Lipovetisky (2000) citam as publicações modernas como tendo a beleza como assunto vital para o gênero feminino: “a imprensa feminina se impôs como um agente de democratização do papel estético da mulher, como uma das grandes instituidoras da beleza feminina moderna, ao lado das estrelas do cinema” (LIPOVETISKY, 2000:157). As fotografias das manequins exibindo seus corpos perfeitos e rostos maquiados são puro espetáculo a ser assistido, admirado e imitado pela sociedade feminina, que sonha ao ver as páginas de sua revista preferida. E depois do sonho, parte às compras, alimentando o consumo, a economia, a política.

Lipovetisky (2000) lista e comenta uma série de anúncios, ou melhor, apelos publicitários direcionados à mulher. A beleza ganha um espaço para todos, sem distinção de raça ou classe social e até hoje se consolida como sendo fundamental, numa busca frenética e interminável.

Com a imprensa feminina, o planeta beleza passou da ordem tradicional-aristocrática para uma ordem midiática-publicitária-democrática. Para além da atmosfera de sonho das revistas femininas, efetuou-se um trabalho de *racionalização* do mundo da beleza (LIPOVETISKY, 2000:159).

Conforme pensamento de Lipovetisky (2000), em diversas publicações a mídia continua reforçando as diferenças de gêneros. Apesar de um reconhecido esforço no

Ocidente moderno para que estas diferenças não sejam motivo de preconceito, ele acontece e se manifesta na própria mídia, chegando ao ponto de – direta ou indiretamente – produzir um desserviço no tocante ao gênero feminino.

CONCLUSÃO

A revista Realidade, desde o período de sua criação em 1966, manifestou uma visão justa em relação à mulher, dando-lhe voz no sentido de constantemente tê-la como foco de suas reportagens ou nas entrevistas em que o assunto era comportamento, experiências de vida, opinião e outros já mencionados. Com isso, a revista se destacava em sua abordagem diferenciada, uma vez que na sua época estes assuntos não recebiam tratamento igual. Nota-se pelo fato de que Realidade foi pioneira em seu estilo, uma das poucas mídias a considerar a mulher brasileira da forma como citada no título de uma das suas reportagens na capa da edição 10 onde explica porque a mulher é superior.

A revista prestou um serviço de informação ao seu público leitor e cumpriu seu papel ao exercer função social no jornalismo. Desta forma contribuiu para certo amadurecimento intelectual dos brasileiros que ao abrirem a revista encontravam histórias reais, um Brasil desconhecido de seu próprio povo, e lhes apresentou o perfil do jovem, da mulher, do trabalhador, do político, ou seja, sua própria identidade, embora sempre em formação. Realidade entrou para a história da imprensa brasileira como um veículo de linguagem própria, sem igual.

Faro (1999:32) se dedicou a analisar a revista Realidade em seus três primeiros anos e afirma que o jornalismo tem a capacidade e o dever de incorporar o cidadão no processo social, sendo uma mercadoria associada ao padrão cultural do leitor, então considerado o consumidor do produto notícia. O jornalismo não deve ser analisado apenas pelo aspecto técnico e sim como atividade cultural, veículo em processo histórico-social de uma nação. Por estes motivos, acredita-se que a revista Realidade ainda será produto de pesquisa por mais alguns anos.

REFERÊNCIAS

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

FARO, José Salvador. *Revista Realidade, 1966-1969: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Ed. Da ULBRA / AGE, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza. “*Usos e Abusos da Categoria de Gênero*”, in: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) *Y Nossotras latinoamericanas? Estudos sobre gênero e raça*”. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992, p. 39-44.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: Permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MIRA, Maria Celeste. *O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar*, in: *Cadernos Pagu* (21) 2003: PP.13-38.

REVISTA REALIDADE. São Paulo, Editora Abril, n.10 e n.11, janeiro e fevereiro, 1967.

SILVA, Carmem da. *Preconceito: o bicho-papão*, in: REVISTA REALIDADE. São Paulo, Editora Abril, n.11, fevereiro, 1967.